Cabo Verde: Potencialidades e Fragilidades no Entorno Estratégico Marítimo Brasileiro

Sérgio Servilha de Oliveira[1]
Elson Artur Dias Santos[2]
Aguizildo Soares Bragança Leopoldino [2]
Carla Patricia Costa Oliveira [2]
Leandro Araújo de Brito [2]
Maise Natalia Soares da Silva [2].

RESUMO: O posicionamento geográfico estratégico da República de Cabo Verde no entroncamento de importantes rotas do Comércio Internacional e uma muito relevante Zona de Economicamente Exclusiva (ZEE) privilegiam este país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como importante candidato a alianças militares entre países de seu entorno e de potências extrarregionais. As vulnerabilidades socioeconômicas, tais como a deficiência em recursos hídricos e o balanço econômico negativo, dependente de ajuda externa, peculiares às nações africanas independentes desde a metade do século XX, ameaçam a autonomia daquela Nação, pela cobiça externa a seus recursos naturais e ao uso de seu território e mar para ações estratégicas externas. A aproximação sino-caboverdeana é um exemplo da presença de potências extrarregionais no Atlântico Sul. Há oportunidades de cooperação da indústria nacional de Defesa brasileira e de cooperação técnica na área educacional, na pesquisa agropecuária e no desenvolvimento de programas de saúde. É objetivo nacional de Defesa brasileiro, proposto pela Estratégia Nacional de Defesa, contribuir para a estabilidade regional. Assim, uma aproximação das estruturas civis e de Defesa do Brasil às de Cabo Verde é um impositivo estratégico atual para a Nação Brasileira.

Palavras-chave: estratégia, Atlântico Sul, Cabo Verde. CPLP, ZOPACAS

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria deixaram marcas profundas na história da humanidade. Durante os anos de conflito se formaram alianças, houve queda e ascensão de superpotências, aconteceram atrocidades que deixaram traumas profundos, gerando ressentimentos e desconfianças entre nações. As mudanças geopolíticas foram tão grandes que depois de meio século ainda perduram. Os impactos da Segunda Guerra Mundial foram tão severos que, após o final da guerra, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU) com o propósito de manter a paz e a segurança internacional, evitando assim que disputas se transformassem em guerras (ONU). Pouco tempo depois, durante a Guerra Fria, foi formada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar de defesa coletiva, da qual fazem parte Estados Unidos, França, Reino Unido e mais vários países europeus. Anos mais tarde seria constituída a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), fruto de uma iniciativa da diplomacia brasileira (BARBOSA, 2015).

A ZOPACAS foi criada em meio ao sistema internacional bipolar que marcou o período da Guerra Fria. Integrada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul, que se uniram em busca de uma voz comum que respondesse à expansão naval das potências ocidentais e da

[1]Orientador da produção deste artigo. Doutor em Ciências - Engenharia de Defesa pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), Professor no Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasilleira (UNILAB)
[2] Graduando em Engenharia de Energias, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável/Engenharia de Energias

transferência de tensões decorrentes da Guerra Fria para a região. Fazem parte da organização África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. O espaço oferece condições propícias para a cooperação entre sul-americanos e africanos, pois gera estabilidade na região sul-atlântica considerando os interesses comuns de defesa e segurança, dissipando também desconfianças entre os países membros. Sendo outro ponto importante a restrição de intervenções e influências de nações externas à ZOPACAS. (BARBOSA, 2015).

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), outra organização onde a contribuição da diplomacia brasileira foi importante durante o processo de criação, foi concebida com o objetivo de aprofundar a amizade e a cooperação entre os países de língua portuguesa, visando a promoção e difusão do idioma, reforçando assim a presença no cenário internacional. A cooperação entre os membros envolve a educação, saúde, cultura, desporto, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, comunicação social, defesa, ciência e tecnologia. Fazem parte da CPLP Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (CPLP).

O Brasil é um importante membro tanto da ZOPACAS como da CPLP, sendo um dos principais responsáveis pela criação de ambas organizações. A posição de prestígio internacional que o Brasil ocupa oferece oportunidades para estabelecer acordos de caráter militar e financeiro, que além de constituírem uma oportunidade para desenvolvimento econômico e da indústria de defesa também conferem um certo *status* e destaque na política internacional. Além do Brasil mais cinco países membros da CPLP fazem parte da ZOPACAS, entre estes países encontra-se Cabo Verde.

CABO VERDE

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto em 1460 por navegadores portugueses e começou a ser povoado em 1462, acredita-se que antes da chegada dos portugueses as ilhas eram desabitadas. Composto por 10 ilhas, sendo 9 habitadas e uma desabitada, divididas em dois grupos, nomeadamente Barlavento e Sotavento, com área total de 4.033 km^2, localizado a aproximadamente 500 km da costa africana, o arquipélago ocupa uma posição estratégica no Oceano Atlântico.

Decorrente da posição estratégica, as ilhas se tornaram um importante entreposto comercial nas rotas que ligavam África, Europa e Brasil. A epopeia portuguesa narrada por Camões, os Lusíadas, já mencionava a manobra da Grande Volta do Mar, executada pelo exímio capitão Vasco da Gama.

Tal manobra, provavelmente era um segredo estratégico dos navegadores portugueses, que para impulsionar fortemente as velas em direção ao Sul do Atlântico, apoiavam-se nos ventos dominantes e em manobras de Barlavento e Sotavento, nas ilhas do atual arquipélago de Cabo Verde.

Cristóvão Colombo, em 1498, durante a sua terceira viagem, passou por Ribeira Grande, a primeira capital de Cabo Verde (considerado Patrimônio Mundial da Humanidade desde 26 de Junho de 2009). Em 1497 a arma de Vasco da Gama, a caminho da Índia, lançou âncora na vila da Praia, atual cidade da Praia e capital de Cabo Verde, para se abastecer. De modo semelhante, em 1500, Pedro Álvares Cabral a caminho do Brasil escala Cabo Verde (PERREIRA, 2011).

O arquipélago teve grande importância no tráfico negreiro internacional principalmente nos séculos XVII e XVIII. Contudo, após a abolição da escravatura as ilhas perderam importância e entraram em decadência. Voltaram a ter destaque durante a primeira

travessia aérea do Atlântico Sul, realizada em 1922 por Gago Coutinho e Sacadura Cabral que fizeram escala na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente (PERREIRA, 2011).

O arquipélago permaneceu como colônia portuguesa até 5 de julho de 1975, data em que foi proclamada a independência e passou a se denominar República de Cabo Verde. Organizada em Estado de direito democrático, Cabo Verde é uma República soberana, unitária e democrática onde o poder político é exercido pelo povo através do referendo e representação indireta. Os tribunais são independentes e existe a separação entre Igreja e Estado. Fazem parte do território as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (a ilha deserta), São Nicolau, Sal e Boa Vista (que constituem o grupo de Barlavento), Maio, Santiago, Fogo e Brava (que fazem parte do grupo de Sotavento). Possui direitos e soberania em matéria de conservação, exploração e aproveitamento dos recursos naturais, vivos ou não vivos na sua zona contígua, na zona económica exclusiva (ZEE) e plataforma continental, onde exerce jurisdição nos termos do direito interno e das normas do Direito Internacional (GOVERNO DE CABO VERDE). A soma das áreas de mar territorial e da ZEE é de aproximadamente de 746.000 km², sendo a 36ª maior do mundo.

Ao analisar a importância estratégica que o arquipélago detém no Oceano Atlântico, ressalta-se como as relações diplomáticas entre Brasil e Cabo Verde podem ser uma oportunidade para que os dois países estabeleçam relações de cooperação mais efetivas, visando o desenvolvimento econômico e da indústria de defesa, fortalecendo também a posição de ambos no cenário internacional.

IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO

O mar sempre teve um papel importante na história da humanidade, seja devido às rotas marítimas que transportavam pessoas e bens, por ser uma importante fonte de recursos vivos e não vivos, ou por questões estratégicas e militares.

No contexto do processo expansionista europeu, iniciado no século XV, de que os portugueses foram, indiscutivelmente os grandes percursores, foram estabelecidas importantes rotas marítimas ao longo de todo o Atlântico (PERREIRA, 2011). Segundo CORREIA (2010 apud GARCIA, 2017), o Oceano Atlântico representa 23.9% da superfície da Terra, ocupando uma área de 86.560.000 Km², abrangendo 30 países nas Américas, 11 na Europa e 24 na África. Acredita-se que uma parcela significativa das reservas de energia fóssil não exploradas, incluindo 40% do petróleo, 20% do gás natural e 40% de carvão, se encontrem no espaço Atlântico.

As maiores reservas provadas de petróleo estão concentradas nas Américas e em parte da África Atlântica. Estimativas conservadoras apontam que o Brasil, por exemplo, possui reservas de petróleo estimadas em cerca de 46 bilhões de barris, já as mais otimistas indicam que esse valor poderia atingir os 100 bilhões de barris. Vale também destacar a região do Golfo da Guiné, responsável por 16% da produção mundial de petróleo e a Bacia do Congo, segundo maior conjunto hídrico e florestal do mundo depois da Amazônia (GARCIA, 2017).

A Amazônia Azul e as descobertas de grandes reservas de recursos vivos e não vivos em ambos os lados do Atlântico Sul têm contribuído para o crescente destaque e relevância da ZOPACAS no cenário internacional, aumentando a importância econômica da região (FERREIRA et al., 2017). É notório também a presença de inúmeras organizações internacionais, com as mais diversas finalidades, ao longo de todo o Atlântico. Além da OTAN, ZOPACAS e CPLP, já citadas, existe a presença da União Europeia (EU), União Africana (UA) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (GARCIA, 2017).

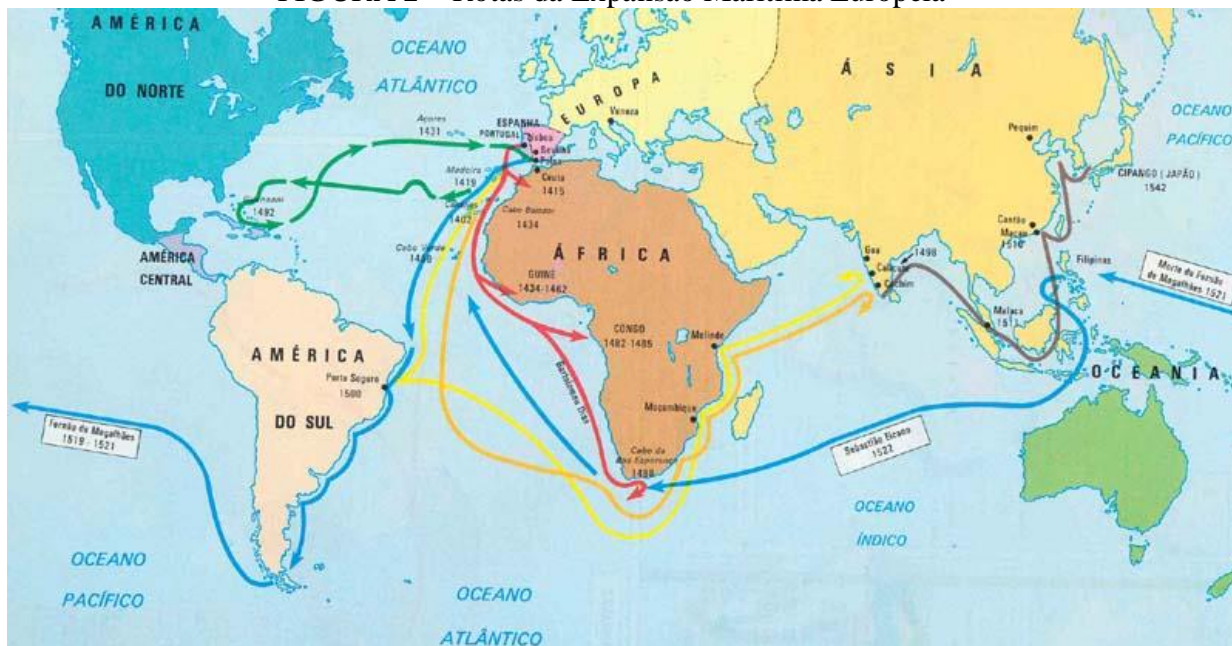
RELEVÂNCIA DE CABO VERDE NO ATLÂNTICO

FIGURA 1 – Mapa das ilhas de Cabo Verde

FONTE: https://guineidade.blogs.sapo.pt/3107.html

Cabo Verde sempre foi visto como um ponto estratégico no Oceano Atlântico. Durante a época dos descobrimentos marítimos foi um importante ponto de escala marítima. Durante a II Guerra Mundial, as forças Aliadas cogitaram a possibilidade de ocupar as ilhas de Cabo Verde, caso o General Romell conquistasse o canal de Suez, o que permitiria controlar a Rota do Cabo, por onde teriam de passar os combustíveis do Oriente Médio, assegurando uma boa vantagem às forças anglo-americanas (PERREIRA, 2011). Já na década de 70, após a independência do arquipélago, os americanos temiam a possibilidade de ser instalada uma base naval russa em Cabo Verde, uma vez que os dirigentes do país eram considerados pró-URSS, porém isso nunca chegou a acontecer (GRAÇA, 2004 apud GOMES, 2014).

FIGURA 2 – Rotas da Expansão Marítima Europeia

FONTE: https://www.mundovestibular.com.br/articles/4398/1/A-EXPANSAO-MARITIMA-EUROPEIA/Paacutegina1.html

Na conjuntura atual a República de Cabo Verde é considerada um país com estabilidade e paz social, pelo que desfruta de uma boa imagem entre governos, empresas e instituições financeiras internacionais (GOVERNO DE CABO VERDE). Segundo informações divulgadas pelo jornal EXPRESSO DAS ILHAS (2018), Cabo Verde é o país lusófono em África melhor classificado no Índice de Percepção de Corrupção, divulgado pela organização não governamental Transparência Internacional. De acordo com o jornal DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2017), em avaliação feita pela Fundação Mo Ibrahim (Organização Não-Governamental africana criada em 2006), Cabo Verde é o terceiro colocado na qualidade de governação nos países africanos, segundo o Índice Ibrahim de Governação Africano (IIAG). O IIAG mede anualmente a qualidade da governação nos países africanos através da compilação de dados estatísticos, foi lançado pela primeira vez em 2007 pela Fundação Mo Ibrahim.

Ainda segundo o DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2018) e o jornal EXPRESSO (2018), está agendada para os dias 17 e 18 de julho, a cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que deverá acontecer na ilha do Sal, ocasião em que irá acontecer a transição da presidência 'pro tempore' da comunidade lusófona do Brasil para Cabo Verde, que assumirá a presidência rotativa da CPLP 2018- 2020.

Devido a posição estratégica, boa parte da navegação aérea entre a América do Sul e a Europa utiliza o espaço cabo-verdiano como zona de passagem obrigatória ou como escala para reabastecimento de aeronaves (PERREIRA, 2011).

Na visão de GARCIA (2017), Cabo Verde tem uma certa notoriedade no Atlântico devido à sua localização geográfica que lhe permite integrar diferentes organizações internacionais. O país é membro da CEDEAO, possui uma Parceria Especial com a UE, faz parte da CPLP, participa da ZOPACAS e também já acolheu no seu território exercícios militares da OTAN. É relevante mencionar que as principais rotas na direção Sul-Norte que cruzam o equador geopolítico passam próximo a Cabo Verde, o que realça a importância deste arquipélago.

CABO VERDE: DESAFIOS E LIMITAÇÕES

Apesar da grande estabilidade política e paz social da qual o país usufrui, o arquipélago enfrenta diversos desafios e limitações.

As ilhas de Cabo Verde encontram-se na denominada faixa climática do Sahel, caraterizada por clima árido e semiárido, as chuvas na região são raras, o que gera um carência na disponibilidade de água (MARTINS; REBELO, 2009).

As condições naturais de Cabo Verde são difíceis. O arquipélago carece de quase todo tipo de recursos, as condições são precárias, agravadas por secas periódicas. Tal quadro, agregado a fatores humanos, acabou por provocar as tristes célebres fomes que dizimaram, no transcurso dos séculos, milhares de vidas humanas (PERREIRA, 2011).

Ao longo da história foram registradas diversas secas que levaram a períodos de fome nas ilhas. A primeira da qual se tem registro prolongou-se de 1580 a 1583. Nessa altura morreram muitos e outros emigraram para não morrer de fome. Em 1809-1811, uma grande fome dizimou muitas vidas humanas e animais domésticos na ilha da Boavista.

Durante o século XX foram registrados também alguns períodos de seca grave como a de 1921-1922, em que o povo se achou no "ultimo estagio de miséria nua", um obituário de 1921 indica que mais de 23 mil pessoas faleceram. Entre 1941 e 1943 houve outra seca em que mais de 24 mil pessoas teriam morrido de fome. Uma das mais terríveis secas foi a de 1947-1948, a tragédia foi tão grande que impossibilitou o controle do obituário (CANIATO, 2006), entretanto PERREIRA (2011) estima que tenha sido aproximadamente 30 mil indivíduos.

Atualmente estima-se que a população do arquipélago seja de cerca de 500 mil habitantes. Com o crescente aumento da demanda por água, as nascentes e poços tem-se mostrado incapazes de atender a toda a população. MOURA e ARAÚJO (2014) alertam inclusive para o fato dos recursos hídricos subterrâneos estarem sob a ameaça de esgotamento, dado as elevadas taxas de extração.

Visando suprir a necessidade hídrica da população, o país recorreu a técnica de dessalinização. Cerca de 80% da água consumida pela população provêm do processo de dessalinização, entretanto o processo exige um alto gasto de energia. Estima-se que sejam gastos aproximadamente 4 KWh para cada 1 m^3 de água produzida, o que consiste em outra limitação, pois até o presente momento não foi identificada nenhuma reserva de energia convencional como petróleo e gás em território cabo-verdiano.

Todo o gás, petróleo e derivados consumidos provém de importações. Com o abastecimento de água da população diretamente associado a disponibilidade energética, o país se encontra numa situação delicada, onde água e energia encontram-se intimamente relacionadas (SANTOS; SILVEIRA, 2018), o que acaba por se refletir na economia de Cabo Verde.

Essa conjuntura impõe ao governo restrições financeiras, obrigando o país a recorrer a empréstimos externos para viabilizar os investimentos, ou a firmar acordos pouco proveitosos. O acordo de parceria no domínio da pesca que o arquipélago mantem com a União Europeia (UE), do qual recebe anualmente aproximadamente 500 mil euros, é um dos exemplos de como outras nações tem explorado as fragilidades econômicas do país.

A escassez de água e a problemática energética acarretam elevados custos econômicos e sociais aos diversos setores da economia e às famílias cabo-verdianas (MOURA; ARAÚJO, 2014).

A localização geográfica privilegiada no Atlântico, coloca Cabo Verde no cruzamento de algumas das principais rotas de navegação aérea e marítima do mundo (GARCIA, 2017). Contudo, a deficiência econômica, em parte consequência da problemática que envolve água e energia, se estende as forças armadas do país impondo restrições orçamentais, gerando uma fragilidade na conjuntura da defesa.

Com 4.033 km^2 de superfície, espalhadas por uma área oceânica com cerca de 87 milhas de raio, 1.000 km de costa e uma área marítima de responsabilidade nacional de 734.265 Km^2, que inclui o mar interior, as águas arquipelágicas, a zona contígua e a Zona Econômica Exclusiva, garantir a segurança do território consiste num desafio gigantesco face aos escassos recursos que o país dispõe (INOCÊNCIO, 2016).

Apesar de todas as adversidades, Cabo Verde é considerado um caso de sucesso no continente africano em termos de desenvolvimento socioeconômico e de democracia. Entretanto, a grande dificuldade de financiamento sobretudo para a capacitação das instituições responsáveis pela segurança consistem numa fragilidade em termos de segurança pública e nacional (GARCIA, 2017).

A DEFESA EM CABO VERDE

A vigilância, fiscalização, defesa do espaço aéreo e marítimo, proteção do meio ambiente e do patrimônio arqueológico submarino, prevenção e repressão da poluição marítima, combate ao tráfico de estupefacientes, armas, contrabando e outras formas de criminalidade tem sido a missão das Forças Armadas de Cabo Verde (MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL DE CABO VERDE).

As Forças Armadas de Cabo Verde são constituídas pela Guarda Costeira, Guarda Nacional e os órgãos militares de comando formado pelo Estado-Maior das Forças Armadas. O Estado-Maior das Forças Armadas abriga o Comando de Pessoal e o Comando de Logística.

A Guarda Costeira é responsável pela defesa e proteção do mar sob jurisdição nacional. Entre as suas atribuições está assegurar a defesa militar do país, apoio aéreo e naval às operações terrestres e anfíbias, patrulhar o espaço aéreo e marítimo sob jurisdição, podendo empreender perseguição, abordagem ou apreensão de navios e embarcações em atividades suspeitas, combate à imigração clandestina, prevenção e repressão do tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e outras formas de criminalidade organizada. A Guarda Costeira assume também a responsabilidade de cumprir missões de fiscalização, controle e repressão de atividades ilícitas no mar, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos (INOCÊNCIO, 2016). Para tal conta com uma aeronave do tipo DO 228-212 (Dornier, de origem alemã), a Lancha Espadarte (de origem americana), a Lancha Tainha (de origem chinesa), Iate Sea Ray Boat (de origem americana) e o Patrulha Vigilante (de origem alemã) (MACHADO, 2010).

A Guarda Nacional, principal componente das Forças Armadas, responde pela defesa militar do país, através da realização de operações terrestres e em ambiente marítimo, bem como o apoio à segurança interna. Sua missão é assegurar a defesa militar do país, garantir a segurança dos órgãos de soberania e de outros objetivos estratégicos, participar no sistema nacional de proteção civil, prevenir e combater o terrorismo, colaborar com as autoridades na segurança de pessoas e bens, prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e a outras formas de criminalidade organizada. A sua estrutura é composta pelo corpo da Policia Militar, Fuzileiros Navais e Artilharia (INOCÊNCIO, 2016). Para cumprir a sua missão a Guarda Nacional encontra-se equipada com espingarda automática AK-47, pistola Makarov, morteiro 120mm, míssil STRELA 2M e blindado anfíbio BRDM-2 de origem soviética (MACHADO, 2010).

Atualmente as Forças Armadas de Cabo Verde contam com um efetivo de 1.579 militares. Contudo as restrições de orçamento, devido a condição econômica do país, dificultam a execução das importantes tarefas de defesa, seja pela carência de equipamentos ou pela limitação na capacitação profissional (INOCÊNCIO, 2016). Face a estas adversidades, combater as diversas ameaças de segurança transnacional no Atlântico tem sido uma tarefa difícil. A debilidade econômica do estado impede que seja feito um controle territorial adequado, dando margem para diversas atividades ilícitas. Dados referentes ao ano de 2010 apontam que a maior parte do fluxo de cocaína oriunda da América Latina para a África Ocidental atravessou o arquipélago de Cabo Verde. A atuação de organizações criminosas transnacionais prejudica ambos os lados do Atlântico. Isso reforça novamente a importância que o arquipélago tem como um dos principais pontos de trânsito entre a América Latina e o continente africano, necessitando de maior fiscalização (GARCIA, 2017).

BRASIL - CABO VERDE: RELAÇÃO E OPORTUNIDADES

As relações entre Brasil e Cabo Verde começa com a chegada dos portugueses às terras Tupiniquins. Como já referido, Pedro Álvares Cabral fez escala em Cabo Verde antes de rumar em direção ao Brasil. Durante o período colonial estabeleceu-se uma intensa troca entre os dois territórios, abrangendo plantas, animais e pessoas.

O Brasil recebeu de Cabo Verde a palmeira da Índia, a cana de açúcar, o arroz e o inhame, introduzidos anteriormente nas ilhas pelos portugueses. Muitos métodos utilizados no processo de colonização do Brasil foram testados primeiramente em Cabo Verde cerca de 40 anos antes. Cabo Verde por sua vez, recebeu do Brasil o milho, o feijão e a mandioca. Durante o século XIX o Porto Grande de São Vicente recebia frequentemente navios brasileiros que faziam escala rumo a Europa, devido isso a ilha recebeu influências brasileiras que marcaram profundamente a o carnaval, a música e a literatura cabo-verdiana (PERREIRA, 2011).

Em 28 de julho de 1975, poucos dias após ser declarada a independência de Cabo Verde, inaugurou-se oficialmente o consulado do Brasil na cidade do Mindelo. Desde então, os

dois países mantêm relações de amizade. Ao longo das décadas seguintes as relações diplomáticas foram se fortalecendo. Aristides Pereira (presidente da República de Cabo Verde entre 1975 e 1991) visitou o Brasil nos anos de 1985/87/90, António Mascarenhas Monteiro (presidente entre 1991 e 2001) visitou o Brasil em 1992.

Por sua vez o Presidente Figueiredo visitou Cabo Verde no ano de 1983 e neste mesmo ano foi criada a Embaixada em Praia. O Presidente José Sarney visitou o país em 1986, altura em que foi assinado um acordo comercial. Contudo na década de 1990, as visitas diminuíram. Foi somente no ano de 2002 que as relações de amizade retomam com força, devido à nova visão da política externa brasileira de Fernando Henrique Cardoso.

A cooperação técnica na arena educacional, entre os dois países, contribuiu significativamente para o desenvolvimento do arquipélago. Esse tipo de cooperação tem sido de grande importância para países pequenos como Cabo Verde sem condições estruturais de ensino, pois têm um impacto positivo, na medida em que qualificam quadros de recursos humanos para a melhoria das condições de vida da população local. Em contrapartida, o Brasil reafirma sua posição, fortalecendo sua política externa e adquirindo visibilidade internacional, além de ganhar aliados importantes.

Exemplo disso foi o apoio que Cabo Verde expressou em favor do Brasil para que este integrasse o Conselho de Segurança das Nações Unidas no ano de 1998. No mesmo encontro o Brasil pediu que o Conselho apoiasse os interesses da África, afirmando que um dos objetivos primordiais da política externa brasileira era o empenho e apoio desenvolvimentista ao continente. Face a isso, torna-se claro a importância da cooperação técnica internacional para o desenvolvimento do Brasil. A Cooperação Militar também representa uma importante vertente de cooperação, pois é uma forma de demostrar força e poder, seja de defesa, dissuasão, compulsão ou intervenção (GOMES, 2014).

Segundo OLIVEIRA (2017), a política externa brasileira tem uma vocação importante para aproximação com os países africanos, especialmente aqueles de língua oficial portuguesa. O que oferece ao Brasil a possibilidade de estabelecer acordos de compensação (offset), destacando aqueles que envolvam produtos de defesa.

Ações cooperativas permitiriam ao Brasil ampliar seus mercado de máquinas e equipamentos de alta tecnologia. Os países africanos além da aquisição de produtos de defesa de alta qualidade, favoreceriam o desenvolvimento de sua indústria de defesa nacional. Seguindo assim as premissas da almejada Cooperação Sul-Sul, fortalecendo a ZOPACAS e a posição do Brasil no Atlântico. Cabo Verde como um regime democrático de direito seria um grande aliado nesse sentido.

O país tem um histórico caraterizado pelo seu caráter pacifico e estabilidade política, embora não tenha capacidade financeira para arcar com grandes contratos militares, seria um grande aliado no combate as diversas atividades ilícitas que acontecem no Atlântico e que prejudicam a ZOPACAS e os interesses do Brasil. Compensando a falta de recurso financeiro com posição estratégica, podendo servir também como vitrine da indústria de defesa nacional do brasileira, o que permitiria ao Brasil reafirmar a sua posição de grande potência regional.

Para Cabo Verde por outro lado, onde as Forças Armadas carecem de meios para desempenhar as tarefas de segurança aeronaves como o Embraer EMB-314 (Super Tucano), ou até mesmo os EMB-312 T-27 (Tucano) constituiriam uma grande valia.

SILVA (2016) afirma que a indústria brasileira do setor aeronáutico tem se beneficiado dos acordos de offset, ressaltando que os benefícios obtidos em razão desses acordos, firmados pelo Brasil desde 1950, são inegáveis. O que comprova a tese de que acordos quando executados com eficiência trazem benefícios extraordinários à indústria nacional.

Assim sendo, é importante que o Brasil esteja atento a certos aspetos, especialmente a presença da UE e a influência de países como China e Estado Unidos, que buscam exercer maior domínio no Atlântico Sul, da qual Cabo Verde não está isento.

A criação do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM) em 2008 foi uma forma de atenuar a perda de hegemonia na região, assim como a inauguração em 2010 do Centro de Operações de Segurança Marítima (COSMAR), situado em Cabo Verde e financiado pelos EUA. Outro exemplo foi a recriação da IV frota, que levanta suspeitas, principalmente considerando as descobertas de reservas petrolíferas no *offshore* brasileiro e em vários países do Golfo da Guiné, que são alternativas mais estáveis de fornecimento de petróleo do que o Oriente Médio e a Ásia Central (GARCIA, 2017).

A presença da China também é vista com certa desconfiança. As relações sino-africanas aumentaram de forma considerável nos últimos anos. Tendo a China ultrapassado os EUA e se tornado o maior parceiro comercial da África.

É relevante destacar que uma das razões para essa grande aproximação tenha sido o ostracismo a que foi submetida a África pelos principais países ocidentais desenvolvidos desde o início dos anos 1980 (OURIQUES; SCHMIDT, 2015). Cabo Verde, por exemplo, possui mais de 30 anos de cooperação com a China. Muitos se questionam sobre os verdadeiros interesses da China em manter uma cooperação política e econômica com um Estado insular dotado de parcos recursos naturais, que enfrenta desafios de vulnerabilidade e de sustentabilidade. Alguns especulam que essa aproximação com Cabo Verde seja motivada por interesses estratégicos e comerciais, onde o arquipélago seria utilizado como plataforma continental para a sua inserção no mercado africano.

Com a imagem de país que sempre se posicionou ao lado dos países em desenvolvimento a China poderia assumir a liderança da cooperação Sul-Sul. Aliado a isso existe também a ambição chinesa de estabelecer o equilíbrio num sistema internacional isento de uma potência hegemónica. Nesse sentido, ela tem investido na construção de alianças com diversos países, diversificando ao máximo as suas relações políticas e econômicas, cultivando também o apoio dos países africanos (TAVARES, 2010).

Considerando todo o cenário político e econômico que se delineia no Atlântico, Cabo Verde surge como um parceiro de grande relevância. A Política Nacional de Defesa (PND) do Brasil apresenta diversos pontos de convergência de interesse com o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDN) de Cabo Verde.

Questões que priorizam os países de língua portuguesa, buscando aprofundar laços e a intensificação da cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa estão presentes em ambos os documentos. Assim como a preocupação com a estabilidade regional e as problemáticas envolvendo o Atlântico. Ainda importante ressaltar que Cabo Verde poderia constituir um importante ponto de apoio em alguns pontos da Estratégia Nacional de Defesa (END). Tais como dissuadir a concentração de forças hostis nos limites das águas jurisdicionais brasileiras e proporcionar mobilidade estratégica reforçada pela mobilidade tática ao longo de todo o Oceano Atlântico.

A END e Cabo Verde no entorno estratégico marítimo

Num mundo globalizado torna-se importante estabelecer parcerias e cooperações que fortaleçam uma nação. O Brasil por ser um país com grande potencial tecnológico, econômico e repleto de recursos naturais atrai as mais diversas atenções. Destacando ainda a importante atuação diplomática que vêm desempenhando ao longo das últimas décadas.

Por esse motivo, é imperativo que a indústria de defesa esteja alinhada com a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), procurando parceiros que compartilhem os seus objetivos. Nessa perspectiva, Cabo Verde se mostra como um importante parceiro e aliado, com o qual compartilha, além da língua portuguesa, diversos aspetos históricos, culturais e afinidades ideológicas.

Visando os interesses que os dois países partilham, sejam eles a nível da CPLP ou da ZOPACAS, uma cooperação mais efetiva em termos de tecnologia, economia e defesa traria benefícios a ambos, tanto do ponto de vista financeiro como do ponto de vista diplomático. Fortalecendo as duas nações em toda a extensão do Atlântico.

Tendo em vista a presença de outras potencias como China e EUA, que também procuram ganhar espaço e influência na região do Atlântico Sul, é importante que o Brasil esteja vigilante.

Neste cenário, a ausência da presença brasileira no Atlântico representa um grande risco. Estabelecer cooperações firmes e ter parceiros estratégicos no Atlântico deve ser prioritário, de modo à que o país estenda a sua influência para além do Atlântico Sul, estando o Brasil sob ameaça de perder protagonismo e ter sua influência reduzida na região, o que certamente comprometeria interesses nacionais e constituiria uma deficiência no contexto de defesa nacional. Existe então a necessidade de conciliar diplomacia, indústria de defesa e cooperação internacional, visando estabelecer a nação como uma importante potência internacional.

Ressaltando o que diz as seções 5.5, 5.6 e 5.7 da Estratégia Nacional de Defesa (2008) que diz que o mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica do Atlântico Sul.

A globalização aumentou a interdependência econômica dos países e, consequentemente, o fluxo de cargas. No Brasil, o transporte marítimo é responsável por movimentar quase todo o comércio exterior. O controle do espaço aéreo e a sua boa articulação com os países vizinhos, constituem objetivos setoriais prioritários. Deve-se priorizar o Atlântico Sul. As iniciativas internacionais Brasil no seu entorno estratégico marítimo deve fortalecer a ZOPACAS, a CPLP e a iniciativa América do Sul-Africa (ASA).

Posto isso, a END nos indica que a importância da relação econômica da nação brasileira com o mar, a relevância estratégica do Atlântico Sul, aumento da interdependência entre os países e a priorização da África Ocidental, sobretudo os países da CPLP.

CONCLUSÃO

O posicionamento geográfico estratégico da República de Cabo Verde no entroncamento de importantes rotas do Comércio Internacional e uma muito relevante Zona de Economicamente Exclusiva (ZEE) privilegiam este país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como importante candidato a alianças militares entre países de seu entorno e de potências extrarregionais. As vulnerabilidades socioeconômicas, tais como a deficiência em recursos hídricos e o balanço econômico negativo, dependente de ajuda externa, peculiares às nações africanas independentes desde a metade do século XX, ameaçam a autonomia daquela Nação, pela cobiça externa a seus recursos naturais e ao uso de seu território e mar para ações estratégicas externas. A aproximação sino-caboverdeana é um exemplo da presença de potências extrarregionais no Atlântico Sul. Há oportunidades de cooperação da indústria nacional de Defesa brasileira e de cooperação técnica na área educacional, na pesquisa agropecuária e no desenvolvimento de programas de saúde. É objetivo nacional de Defesa brasileiro, proposto pela Estratégia Nacional de Defesa, contribuir para a estabilidade regional. Assim, uma aproximação das estruturas civis e de Defesa do Brasil às de Cabo Verde é um impositivo estratégico atual para a Nação Brasileira.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. C. P. **A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): Criação, Projeção e Dimensão Político-Estratégica.** 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CANIATO, B. J. Cabo Verde: a fome em sua literatura. **VEREDAS.** Porto Alegre. v.7, p.131-144, 2006. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/34489>. Acesso em: 07 maio 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. **Cabo Verde - Acordo de parceria no domínio da pesca.** Disponível em: <https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/cape_verde_pt>. Acesso em: 07 maio 2018.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2595.aspx>. Acesso em: 28 abril 2018.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **2018: Cabo Verde à frente da CPLP num ano em que se perspectivam privatizações**. dez 2017. Disponível em: <www.dn.pt/lusa/interior/2018-cabo-verde-a-frente-da-cplp-num-ano-em-que-se-perspetivam-privatizacoes-9004075.html>. Acesso em: 29 abril 2018.

______. Índice Mo Ibrahim mostra governação em África em progressão, mas menos rápida. nov 2017. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/indice-mo-ibrahim-mostra-governacao-em-africa-em-progressao-mas-menos-rapida-8929438.html>. Acesso em: 29 abril 2018.

______. Presidência cabo-verdiana da CPLP terá como lema "Cultura, pessoas e oceanos". mar 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/presidencia-cabo-verdiana-da-cplp-tera-como-lema-cultura-pessoas-e-oceanos-9174562.html>. Acesso em: 29 abril 2018.

EXPRESSO. **XII cimeira da CPLP marcada para 17 e 18 de julho em Cabo Verde**. fev 2018. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2018-02-19-XII-cimeira-da-CPLP-marcada-para-17-e-18-de-julho-em-Cabo-Verde#gs.eofA3OA>. Acesso em: 29 abril 2018.

EXPRESSO DAS ILHAS. **Cabo Verde é o lusófono em África melhor posicionado no Índice de Percepção de Corrupção**. fev 2018. Disponível em: https: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/02/23/cabo-verde-e-o-lusofono-em-africa-melhor-posicionado-o-indice-de-percepcao-de-corrupcao/56772>. Acesso em: 29 abril 2018.

FERREIRA, C. C. A. et al. Cooperação Brasil–África na Área de Defesa: Considerações sobre o Atlântico Sul, a ZOPACAS e o Caso de Angola. **14º Congresso Nacional de Defesa**, 2017. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/cooperacao_brasil_africa_na_rea_de_defesa_consideracoes_sobre_o_atlantico_sul_a_zopacas_e_o_cas.pdf>. Acesso em: 01 maio 2018.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/eda/>. Acesso em: 01 maio 2018.

GARCIA, F. P. Cabo Verde e o Espaço do Atlântico. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais.** v.6, n.11, p. 99-117, Jan/Jun. 2017.

GOMES, J. R. **Relações Bilaterais Brasil/Cabo Verde no Âmbito da Cooperação Técnica Educacional do Governo Lula (2003/2010).** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

GOVERNO DE CABO VERDE. Disponível em: <http://www.governo.cv/index.php/dados-gerais>. Acesso em: 27 abril 2018.

INOCÊNCIO, J. C. G. **Forças Armadas de Cabo Verde. O Impacto Económico e Financeiro da Profissionalização das Forças Armadas.** 2016. Dissertação (Mestrado em Administração Militar) – Academia Militar, Lisboa, 2016.

MACHADO, M. As Forças Armadas Cabo-Verdianas. **Operacional - defesa, forças armadas e de segurança.** Jul 2010. Disponível em: <http://www.operacional.pt/as-forcas-armadas-cabo-verdianas/>. Acesso em: 27 abril 2018.

MARTINS, B.; REBELO, F. Erosão e paisagem em São Vicente e Santo Antão (Cabo Verde): O risco de desertificação. **Territorium**, n.16, p. 69-78, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/13288> Acesso em 08 março 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL DE CABO VERDE. Disponível em: <http://www.defesa.gov.cv/index.php/missao-66>. Acesso em: 27 abril 2018.

MOURA, M. A. B.; ARAÚJO, R. C. P. Custo total da água como um bem social e econômico:
o caso do sistema de abastecimento do concelho da praia, ilha de Santiago-CV. **RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos.** v.9, n.4, p.34-48, Out/Dez 2014.

OLIVEIRA, S. S. et al. OFFSET: Uma oportunidade para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa do Brasil e da África Lusófona. **14º Congresso Nacional de Defesa**, 2017. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/offset_uma_oportunidade_para_o_desenvolvimento_da_industria_nacional_de_defesa_do_brasil_e_da_africa.pdf>. Acesso em: 26 abril 2018.

OURIQUES, H. R.; SCHMIDT, G. B. Presença da china na África: maldição ou benção? **Revista de Desenvolvimento Econômico.** Salvador, v. 17, n. 31, p. 37-48, jan./jun. 2015

PERREIRA, D. A. Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2011.

SANTOS, E. A. D.; SILVEIRA, C. S. Análise da questão hídrica e energética em Cabo Verde. **II Semana da Engenharia de Energias – UNILAB**, 2018.

SILVA, R. A. Acordo de compensação (offset) em itens de defesa: Uma perspectiva do setor aeronáutico. **Interfaces Científicas - Exatas e Tecnológicas**, Aracaju, v.2, n.1, p. 17-28, Fev. 2016.

TAVARES P. B. **RELAÇÕES CABO VERDE-CHINA: Balanço dos Trinta e Dois Anos de Cooperação.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.